

A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO FERRAMENTA DE REINVENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA EM TEMPOS DE PANDEMIA PELO NOVO CORONAVÍRUS.

*Bruno Ribeiro da Mota¹
Leticia Mara Sales²*

RESUMO

Em virtude das dificuldades geradas pelo distanciamento social devido à pandemia do novo Coronavírus, educadores estão tendo que se readaptar para permitir que os alunos tenham acesso ao processo de construção do conhecimento através da Educação a Distância. As atividades do Programa Saúde na Escola também apresentam necessidades de reformulação para permitir que os estudantes continuem tendo contato com ferramentas que proporcionem a promoção da saúde neste período. Desta forma, o objetivo deste artigo é desmistificar alguns pré-conceitos a respeito da educação a distância e orientar a elaboração de materiais didáticos impressos por agentes do programa saúde na escola, pois estas ferramentas de ensino têm a capacidade reduzir as desigualdades sociais devido à falta de acesso e intimidade com as tecnologias digitais que estão sendo empregadas no ensino remoto.

Palavras chave: Programa saúde na escola; Educação a distância; Novo coronavírus.

Introdução

A Pandemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) e os efeitos do isolamento social vem aumentando os prejuízos econômicos, de saúde e gerando muitos efeitos negativos na aprendizagem, principalmente na educação básica, onde alunos e professores estão tendo que se adaptar a realidade do ensino a distância. A privação da educação formal e presencial, também dificulta, ou até mesmo torna inviável, o acesso a alimentação escolar e o conteúdo didático, podendo ser um fator de aumento das desigualdades sociais e consequentemente da fome e da violência.

O fechamento temporário das escolas neste período de distanciamento social pode proteger crianças e jovens, além de reduzir as chances de que eles se tornem vetores do vírus. Esta medida minimiza a propagação do agente infeccioso, diminuindo os riscos de contágios dos alunos e de seus familiares, sobretudo os idosos e pessoas que possam fazer parte de

¹ Coautor do presente artigo. Nutricionista Especialista em planejamento, implementação e gestão da Educação a Distância (EAD). Mestrando do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva (PPGSC-UFF, e bolsista CNPq).

² Autora do presente artigo. Bacharela e Mestre em Ciências Sociais (PPGCS-UFRRJ). Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Antropologia (PPGA-UFF, e bolsista CNPq).

outros grupos de risco, como cardiopatas, diabéticos entre outros. Esta interrupção repentina e inesperada das aulas presenciais demandou de todos profissionais de educação uma rápida tomada de decisões, optando pelas aulas de forma remota, escolha que coloca em dúvida se serão bem-sucedidas devido à qualidade do conteúdo ofertado e do acesso ao mesmo.

Outro setor afetado foi o trabalho do Programa Saúde na Escola (PSE), onde também houve interrupção das ações educativas presenciais com os escolares. Este programa está diretamente ligado a promoção da saúde, numa articulação intersetorial envolvendo profissionais da educação e dos centros de saúde. Geralmente as equipes de saúde fazem este trabalho nos centros educacionais pertencentes ao território adstritos.

A saúde de uma determinada população está diretamente relacionada com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), sendo assim, podemos levar em consideração que a articulação de políticas públicas intersetoriais poderá interferir na qualidade de vida dessas pessoas. Por isso, se faz necessário investimentos em um ensino de qualidade, coerente com o que demanda este período de distanciamento social.

A Educação a distância (EAD) se mostrou a melhor ferramenta para inclusão dos alunos neste período, pois tem a característica histórica de facilitar o acesso daqueles que não teriam condições de estarem presentes aos centros educacionais por vários motivos, como indisponibilidade de tempo em horário comercial, grande distância dos centros formais de educação, ter dependentes que necessitam de cuidados e etc. Com a impossibilidade de atividades educativas presenciais, surgiram rapidamente várias especulações a respeito do uso das tecnologias EAD, o que nos faz refletir sobre os impactos que esta conduta educacional, mesmo que adaptada, possa gerar, seja no conteúdo didático das disciplinas escolares ou nas atividades do Programa Saúde na Escola.

Aqui, é importante ressaltar que o uso do que chamaram de “ensino remoto” é diferente de EAD. O “ensino remoto” que está sendo empregado em larga escala neste período de interrupção das atividades educativas presenciais/formais, vem sendo basicamente a mesma “educação bancária”³, onde os professores estão transmitindo vídeo aulas ou produzindo materiais impressos sem interatividade. Este método educativo, por mais que implementado a distância, não está dentro dos parâmetros estipulados pela modalidade EAD para uma educação de qualidade.

O ensino a distância é muito questionado, e atualmente há críticas não somente acerca do acesso às tecnologias, mas sobretudo a possibilidade delas serem operacionalizadas pelos agentes dos PSE, docentes e escolares, o que permitiria condições para uso desses recursos digitais, favorecendo uma aprendizagem interativa e colaborativa. A falta de estrutura tecnológica e a formação dos próprios profissionais e alunos, são fatores implicados para o não aproveitamento crítico destas ferramentas tecnológicas.

A pandemia está gerando instabilidades, mas também oportunidades. Por isso, mesmo quando o foco está em medidas emergenciais, se torna viável investir em condutas educacionais coerentes com este cenário, que possam diminuir as possíveis desigualdades sociais e de aprendizado. É preciso pensar como atingir também o público que não possui

² Educação bancária, segundo Paulo Freire (2008), é aquela que tem a sua característica principal a transferência unidirecional do conhecimento do professor (quem o detêm) para o aluno que é tratado como uma caixa vazia.

acesso ou intimidade com a internet e outras tecnologias digitais, pois grande parte desta população está sendo privada da aprendizagem escolar neste período de distanciamento social. As atividades do PSE também foram afetadas, cabendo aos profissionais envolvidos terem que repensar outras formas de se fazer a promoção da saúde com os estudantes, como por exemplo a distribuição de impressos que sejam capazes de atraírem a atenção dos leitores.

Diante de todas essas tecnologias que podem ser aplicadas na educação a distância, o material didático impresso (MDI) continua sendo o veículo que mais compreende conhecimento aos estudantes devido a sua praticidade, a familiaridade e a não dependência de outros fatores, como aparelhos eletrônicos, conexão com a internet, supervisão de um responsável e etc. Essa ferramenta EAD tenderia solucionar o problema da aprendizagem do que está sendo chamado de ensino remoto para os alunos excluídos dos recursos digitais, seja nas atividades da grade educacional ou nas atividades do PSE. Para que isso ocorra, os estudantes deveriam ter acesso a um MDI de qualidade nos moldes da educação crítica como preconizada pelas políticas públicas.

Programa Saúde na Escola em tempos de pandemia pelo novo Coronavírus

O Programa Saúde na Escola tem por objetivo a articulação dos grupos de trabalhos intersetoriais, centrado na gestão compartilhada, numa construção em que tanto o planejamento quanto a execução das ações são realizados, coletivamente, de forma a atender às necessidades e demandas locais. A interação desses setores gera troca de saberes, poderes e afetos entre profissionais da saúde e da educação, educandos, comunidade, profissionais e demais redes sociais, otimizando o processo de construção coletiva do conhecimento e mudança de hábitos entre todas as partes (BRASIL, 2007).

Essas práticas de educação e saúde devem considerar os diversos contextos da realidade local, com o objetivo de realizar construções compartilhadas de conhecimento, sustentados pelas histórias individuais e coletivas dos atores sociais, que são capazes de produzir aprendizagens significativas e dentro de uma ética de inclusão. Sendo assim, é possível dimensionar a participação ativa desses atores nas práticas cotidianas, para que seja viável consolidar um ambiente escolar que estimule a criticidade nesses sujeitos, desenvolvendo autonomia para agir em defesa da sua própria vida e dos demais (BRASIL, 2011).

As atividades educativas do PSE devem estar inseridas no projeto político pedagógico escolar, em todas as suas dimensões, levando-se em consideração o respeito e à diversidade sociocultural das diferentes regiões do país, além da autonomia dos educadores das equipes interdisciplinares (BRASIL, 2015). Porém, os profissionais envolvidos neste programa estão tendo que repensar suas estratégias para ter acesso aos escolares, que se encontram em distanciamento social, devido a esta pandemia, e mais que nunca precisam ter acesso à educação em saúde, para se combater o COVID-19 e demais temas de relevância nesta área.

Por isso que a promoção da saúde com os alunos, e também com professores e funcionários, necessita ter como ponto de partida o conhecimento prévio e “o que eles são capazes de fazer”, indo de acordo com o processo de educação crítica/libertadora (FREIRE,

2008). Sendo necessário desenvolver em cada sujeito, a capacidade de interpretar o cotidiano e atuar de modo a incorporar atitudes e/ou comportamentos adequados para a melhoria da qualidade de vida. Deste modo, profissionais da educação e da saúde devem assumir o protagonismo dessas atividades e se empoderarem dos princípios básicos de promoção da saúde.

Nesse sentido, o PSE contribui para a formação dos alunos por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, objetivando a diminuição das vulnerabilidades sociais que comprometem o pleno desenvolvimento dos educandos. Para que isso ocorra, o governo estimula ações de formação inicial e continuada de profissionais envolvidos, o que já é listado pelas políticas de saúde e educação, desta maneira estes educadores podem ter maiores habilidades no exercício das atividades do PSE de maneira coerente com a realidade da sua região (BRASIL, 2011).

Para tanto, a atenção Primária em Saúde (APS) é o setor responsável pela coordenação do cuidado e articulação com os demais níveis de assistência, formando as regiões e redes de saúde. As equipes de saúde devem fazer parte dessa estratégia essencial para a reorganização dos processos de educação em saúde nas escolas que se encontram dentro dos territórios adstritos. Sedo fundamental não pararem com este trabalho neste período de pandemia e desinformação, por conta das “*fakenews*”, para que possamos combater os danos causados por este vírus com veracidade.

A APS prevê investimento em ações coletivas e a reconstrução das práticas de saúde a partir da interdisciplinaridade e da gestão intersetorial, sendo possível o trabalho de educação continuada/permanente para a qualificação dos envolvidos diretamente dentro do processo de trabalho destes profissionais (BRASIL, 2017). O grande problema é que a maioria destes agentes educativos não estão preparados para lidar com esse processo educativo de forma remota, cabendo buscar alternativas para fazer o trabalho de educação em saúde a distância. Cabe-se então, pensar em maneiras de aperfeiçoamento dos educadores em saúde, para que tenham condições de elaborarem materiais educativos que sejam capazes de promover o processo de construção de conhecimento a distância, principalmente neste período de distanciamento social. Não impedindo que estas ferramentas também possam ser usadas no pós pandemia como mais uma alternativa educacional.

A importância da EAD para além da pandemia causada pelo novo Coronavírus

A educação a distância já existia antes do início da pandemia causada pelo novo Coronavírus, não sendo uma ferramenta criada para solucionar a impossibilidade do ensino presencial neste período. Segundo Sherry (1995), ela teve início nos cursos de correspondência na Europa a mais de cem anos. No Brasil, essa modalidade de ensino também é centenária, mas a ausência de políticas públicas fez com que a EAD tenha perdido força no ensino nas décadas de 1970 e 1980. Já nas últimas duas décadas houve um aumento expressivo de alunos, programas e projetos de leis nessa área.

Mesmo sendo uma modalidade de ensino centenária, a educação a distância está demonstrando ser cada vez mais atual no cenário educativo contemporâneo, sendo essencial nesta pandemia. Mudanças significativas na conduta apresentada por educadores são

necessárias neste período, onde o emprego desta modalidade está fundada na autonomia do aluno para a formação do seu pensamento crítico. A EAD é pautada nas relações educador/aluno através de um distanciamento físico e muitas vezes temporal, que não impede a perfeita articulação e trocas entre os mesmos, para que se alcance a construção do conhecimento entre as partes.

Mudanças também estão sendo necessárias na maneira de se elaborar materiais didáticos e de educação em saúde, onde as opções de recursos com a capacidade educativa está cada vez maior, porém essas alterações não estão apenas na quantidade das tecnologias de ensino, mas também na qualidade que estas se prestam a ensinar. Pois na EAD, além destes recursos terem suas peculiaridades que anulam/minimizam a distância física do educador, devem permitir acesso aos alunos as mesmas, já que nem todos têm internet e dispositivos eletrônicos a disposição.

Na educação a distância, podemos utilizar materiais tradicionais como os textos impressos, filmes, vídeo aulas, *podcasts* e até outras tecnologias como jogos interativos e plataformas multimídias. Porém, de nada adianta todos esses recursos se não forem programados diante de uma pedagogia que estimule o processo de construção do conhecimento de forma crítica e autônoma, como preconiza a EAD. Sendo assim um desafio para os agentes do PSE da atualidade, é incorporar em suas práticas a produção materiais didáticos que sejam coerentes com um processo educativo satisfatório, inclusivos e de fácil acesso. Desta maneira a educação continuará sendo uma ferramenta de diminuição das desigualdades sociais, e não o contrário.

Sabendo que este material deve estar de acordo com as normas da Organização Mundial da Saúde (OMS) e condizentes com o Sistema Único de Saúde (SUS), sendo preferencialmente produzidos de maneira descentralizada e de forma participativa, para que tenham características de cada região. Os profissionais de saúde podem buscar articulações com os professores para elaboração de materiais didáticos transdisciplinares, ou mesmo criarem os seus próprios, que sejam capazes de alcançar estes alunos que se encontram em casa.

Pensando na EAD como uma ferramenta mais coerente do processo educativo neste período de distanciamento social, podemos citar a Lei de diretrizes e bases da educação nacional, nº 9394/96, de 17 de dezembro de 1996, que “assegura a educação básica uma carga obrigatória de 800 horas, divididas em 200 dias letivos, podendo fazer uso de plataformas e tecnologias digitais, para a manutenção das atividades pedagógicas ou o efetivo trabalho escolar enquanto durarem as medidas de restrição da mobilidade”, à prevenção e enfrentamento à transmissão do vírus. Essa modalidade de ensino a distância pode reduzir os impactos negativos no processo ensino-aprendizagem gerados pela interrupção das atividades presenciais escolares.

Em situações emergenciais, a EAD poderá ser adotada, com as cautelas necessárias, ainda que em etapas da Educação Básica, assegurando aos centros educacionais a autonomia necessária para decidirem qual conduta ser seguida, tendo por consideração as suas reais possibilidades, quanto à manutenção do efetivo trabalho escolar ou acadêmico por meio da utilização de tecnologias digitais, desde que com controle e orientação por profissional habilitado (BRASIL, 2005). O que nos traz a reflexão de como fazer uma educação

permanente/continuada com os agentes do PSE, para que os mesmo tenham qualificação para exercer estas habilidades.

Tecnologias EAD inclusivas nas atividades do PSE

Antes mesmo da pandemia pelo novo coronavírus, Soares (2019) já exaltava a educação não presencial utilizando as Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDIC), pois elas permitem cada vez mais a independência do tempo e do lugar de estudo, aumentando a interatividade, possibilitando a exploração de forma mais intensa através da hipertextualização (onde o leitor tem a capacidade de escolher o caminho que deve seguir evitando a linearidade) e múltiplas linguagens nas mais diversas mídias, sejam elas digitais ou até mesmo impressas.

O isolamento social, impossibilitou o ensino tradicional/presencial levando a uma reflexão muito pertinente entre os educadores: a necessidade de se estabelecer o aprendizado EAD, e muitos optaram pela utilização das TDIC. Os professores também estão tendo que se reformular, reestruturando novas práticas, inclusive lutando contra algumas condutas e normas internas enraizadas da educação presencial/tradicional (CANI et. al., 2020). Assim como Freire (2008) bem criticava as atividades expositivas, onde os alunos não conseguiam colocar em prática sua autonomia e protagonismo no processo de construção do seu conhecimento.

Um estudo⁴ com docentes de escolas públicas de Minas Gerais, demonstrou que apenas 24% deles tiveram acesso a algum curso de formação continuada ou atualização direcionado ao uso das TDIC, mostrando, assim, a importância da educação permanente para a inserção das tecnologias digitais dentro e fora dos ambientes escolares (SOARES, 2019). Estes professores estão se vendo pressionados a planejar aulas que fogem dos parâmetros tradicionais do ensino presencial, porém muitos destes profissionais não possuem formação e nem experiência com ferramentas tecnológicas e muito menos com a didática condizente com essa nova conduta de ensino. O que pode resultar, por exemplo, em vídeo aulas expositivas ou materiais impressos que não são capazes de interagir com os alunos.

Em outra pesquisa⁵ com educadores na cidade de Piracicaba-SP, foi demonstrado que quase 80% dos participantes expressaram sentimento de que não estavam preparados para lidar com as tecnologias digitais - TDIC (DARIDO e BIZELLI, 2015). Evidenciando que não é uma tarefa fácil, a utilização das ferramentas digitais, para a maioria dos professores, abrindo assim, base para o questionamento de como estes profissionais estão planejando e executando suas aulas de forma “remota”, e se estes materiais produzidos estão sendo acessíveis e atrativos para os alunos que deveriam estar estudando em seus lares.

Um estudo com professores da rede pública de ensino de Colatina-ES, evidenciou que a sua maioria foi enquadrada como educadores não tecnológicos digitalmente, onde a maior parte deles tem o livro didático como instrumento preferencial para elaboração das aulas e que é relativamente baixo o uso da internet na prática pedagógica (CANI et. al., 2019). Seja por

³ Disponível em <<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/LETR-BBSRRX/1/1845d.pdf>>.

⁴ Disponível em <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7772/5350>>

falta de intimidade dos professores com esta tecnologia, por dificuldade ou falta de acesso a mesma, estendendo este problema de lidar ou ter acesso TDIC para os alunos.

Segundo Martins (2020) a péssima conexão de internet ou até mesmo a sua ausência, além da falta de disponibilidade as tecnologias e seus recursos, ainda está gerando a exclusão digital em pleno 2020 no Brasil. São nítidos os efeitos mais danosos desta situação tecnológica no momento atual, onde a pandemia trouxe à tona todas as impotências e precariedades geradas ao longo de anos de descaso com os direitos sociais: educação, saúde, ciência, cultura e segurança pública. Muitas famílias permanecem desassistidas de muitos direitos por não conseguirem resolver suas demandas por meio dos recursos digitais, como o caso do auxílio emergencial, das cestas básicas fornecidas pelos governos estaduais, material didático EAD e kits de alimentação escolar que são distribuídos pelas unidades públicas de ensino.

De acordo com estas adversidades em torno a acesso e intimidade as TDIC, vale se pensar que além dos alunos e professores, os profissionais de saúde envolvidos no PSE, também terão dificuldades em trabalhar com estes tipos de tecnologias. Por isso é preciso buscar outras formas de garantir a elaboração de conteúdos educativos capazes de assegurar a efetiva aprendizagem dos alunos.

Material didático EAD como ferramentas educacionais críticas

A EAD está pautada no avanço das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, conseqüente na ampliação do uso dos recursos digitais voltados para a democratização do acesso ao ensino de qualidade para grande parte da população, rompendo as barreiras temporais, espaciais, sociais e culturais. Ela deve favorecer o uso de modelos pedagógicos centrados no aluno, com o objetivo de lhe conferir uma formação autônoma, auxiliando-o na construção de seu pensamento crítico (BRASIL, 2005).

A ampla expansão da EAD no Brasil, traz consigo também a preocupação com a qualidade do ensino (ABED, 2014). Dois dos grandes obstáculos na EAD têm sido as questões de como vencer a distância entre o discente e o docente, conferindo a este aluno suporte adequado às suas dúvidas, e, que características o material didático a ser utilizado deve incorporar para tornar confortável o aprendizado. Já é sabido que uma educação satisfatória está diretamente ligada às ferramentas utilizadas no processo de ensino-aprendizagem.

A EAD patrocina uma mudança de paradigma ao ser comparada com o ensino tradicionalmente presencial, apresentando como diferença básica para com este, a necessidade do estudante precisar ter elevada maturidade, autodisciplina e buscar sua própria autonomia nos estudos, pois o professor não lhe está próximo, para tirar-lhe as dúvidas. Tais ações reflexivas auxiliam a sua aprendizagem tornando-a satisfatória e significativa, não sendo uma tarefa fácil (MORAN, 2002). Quando pensamos em crianças da educação fundamental, este desafio se torna ainda mais difícil, e por conta disso há extrema necessidade de se produzir materiais capazes de superar/minimizar estes percalços.

Assim o material didático impresso, pode ser um dos responsáveis por motivar o aluno e manter a sua atenção no conteúdo apresentado através de um texto cuidadosamente elaborado e que dialoga com o estudante. Quando essas premissas não são observadas, corre-

se o risco de se apresentar ao leitor um material sem atratividade que acaba por afastá-lo dos estudos impedindo que ocorra um processo de aprendizagem produtivo (HORN, 2014). E, desta forma, a “deseducação” se torna uma ferramenta que propicia ainda mais o aumento das desigualdades sociais.

O ensino de qualidade precisa ser equânime e implementado, seja em tempos de distanciamento social ou não, para alcançar a população que mais precisa, de maneira eficaz. Selecionar instrumentos que possam atender com coerência às demandas da educação básica, faz com que os educadores tenham inúmeras opções a ponto de não conseguirem adaptar seu propósito educacional as ferramentas disponíveis para utilização dos alunos. Mostrando assim que não é tarefa fácil para profissionais sem qualificação adequada elaborarem conteúdos que estejam dentro do preconizado pela EAD (CANI e SOARES, 2020).

Diante de todas essas tecnologias que podem ser aplicadas na educação a distância, o MDI pode agradar e facilitar o acesso dos estudantes devido a sua praticidade, a familiaridade e a não dependência de outros fatores, como aparelhos eletrônicos etc. Ele também pode ir além do conteúdo educacional teórico, ajudando como fonte e base para articulação com outras mídias educativas, se tornando um norteador dos estudos que auxilia e estimula o processo educativo.

Nesse sentido, o MDI pode atuar de duas formas principais: a primeira, sendo capaz de atrair ainda mais a atenção do estudante para dentro da leitura principal, isto se dá mediante elementos que realçam uma palavra ou um conceito presente conteúdo principal; já a segunda, movendo o leitor para fora do texto base, através da indicação de outras informações no próprio impresso, de artigos, livros, sites, vídeos, *podcasts* entre outros recursos, que possibilitam ao aluno se aprofundar no tema. Esta interatividade do aluno com o material impresso, permitirá que o mesmo possa colocar em prática a sua autonomia, sendo sujeito ativo no processo de construção do seu conhecimento, indo ao encontro com o que é preconizado pela educação a distância.

Com o intuito de facilitar o planejamento e execução das aulas e o acesso de todos os alunos, a distribuição do MDI deveria ser feita pelas unidades de saúde em sua forma física, seguindo todos os cuidados para a não propagação do COVID-19. Também deve ser tomadas medidas que possam diminuir os danos ambientais causados pelo uso da celulose, com utilização de papel reutilizado/reciclado, melhor utilização dos espaços disponíveis na página e etc. Desta maneira, este sistema poderá alcançar um maior número de alunos, que não teriam acesso as tecnologias digitais.

Desafio do PSE na produção e acesso ao Material Didático Impresso

A experiência com cursos presenciais não é suficiente para assegurar a qualidade da produção de materiais adequados para a EAD (BRASIL, 2007), como é observado em várias críticas aos livros didáticos, informativos de saúde impressos, entre outros materiais educativos utilizados na educação tradicional/presencial. Desta forma, é preciso refletir sobre como estão e estariam sendo produzidos os MDI disponibilizados para o que está sendo chamado de ensino remoto nesta quarentena, e, como se elaborar materiais deste tipo que sejam capazes de suprir as atividades do PSE.

O material didático impresso é o veículo norteador dos estudos de grande parte dos estudantes da EAD e conforme Pereira (2014), é preciso avaliar suas particularidades e a relevância desta ferramenta no processo de construção do conhecimento dos alunos. Além disto, o conteúdo impresso deve ser um facilitador tanto da aprendizagem quanto em motivá-lo para que obtenha sua autonomia (CRUZ et al, 2016). A mudança de rotina educacional causada pelo distanciamento social, pode estar gerando nos alunos dificuldade de se concentrar, e muitas vezes sua casa não vai propiciar um ambiente que contribua para o aprendizado, por isso deve-se ter um material que cativa o processo educativo domiciliar.

Segundo Ramos, (et al 2007 p. 228), existem perfis de alunos capazes de interagir com o conteúdo proposto conforme o interesse e a disponibilidade de tempo de cada um destes. O indivíduo que possui pouco tempo para se dedicar aos estudos e baixo interesse no assunto, contrastando com o que dispõe de muito tempo e possui alto interesse. O MDI deve procurar encontrar um equilíbrio eficaz, que seja capaz de fornecer elementos distintos para atender os diferentes perfis citados, propiciando uma educação capaz de atingir com qualidade a diversidade de indivíduos.

O material didático deve ser o responsável por motivar o estudante e manter a sua atenção nos conteúdos apresentados, através de um texto cuidadosamente elaborado e que dialoga com o estudante. Normalmente o MDI é compilado por uma equipe multidisciplinar, geralmente composta por professores conteudistas, diagramadores, *designers* gráficos, revisores, entre outros que vão se basear nos princípios do *design* instrucional para construí-lo. Um dos objetivos deste grupo de profissionais é minimizar ao máximo a questão temporal e o distanciamento físico entre o educador e o aprendiz (HORN, 2014). Sabendo-se que devido a repentina suspensão das aulas, e a dificuldade dos centros educacionais e de saúde se reunirem com estes profissionais para a confecção do MDI, não será fácil a produção de um material de qualidade. Desta maneira, este artigo tentará contribuir com informações que possam ajudar os agentes do PSE no planejamento de suas atividades através de um material impresso.

Num momento de inúmeras “*fakenews*”, precisamos nos atentar que o MDI deve ser correto do ponto de vista científico, além de ser claro, agradável, contribuir para o aprofundamento do assunto, estar atualizado, pertencer aos objetivos previamente anunciados e ter outras ações funcionais distintas como antecipação de possíveis dúvidas, provocações, exemplificações e etc. (PRETI, 2010). Seguindo estes preceitos, o educador deve tentar produzir um material que preencha essa distância física e proporcione ao aluno uma sensação amigável de presença, o que ajudará o mesmo a se manter interessado e motivado com a leitura.

Há também uma grande importância no planejamento por trás das informações e do *layout* do MDI, o que é chamado de arquitetura da informação (RAMOS, 2007). Onde a organização do conteúdo neste material não deve somente prover o estudante de informações, mas principalmente provocar desdobramentos do tema em estudo levando-o a criticidade e a pesquisar mais profundamente sobre o assunto abordado através da hipertextualização (FILATRO, 2008), ou seja, leitor deve ter autonomia de escolher caminhos dentro e fora do conteúdo principal do MDI para aprofundar seus conhecimentos.

A equipe de educadores devem tentar organizar MDI de forma não linear, onde contenha a mensagem principal contida no texto impresso e também as chamadas

“informações periféricas”, que geralmente podem ser posicionadas nas laterais da página ou centralizadas em “caixas” (RAMOS et al, 2007). Essas informações podem ser capazes de ajudar o aluno a “navegar” dentro do próprio MDI ou estimulando o leitor a buscar informações fora do texto base. A seguir, a Tabela 1 apresenta algumas características das “caixas” no texto impresso.

Tabela 1: Tipos de Caixas: tipos de movimentos em relação principal, posicionamento na página e dimensionamento em caracteres de cada caixa

Caixa de:	Movimento para:	Posição	Dimensão	Objetos Importantes
Ênfase	Dentro do texto	Central	Reduzida Poucas linhas	Conceito ou ideia presente no texto
Explicação Expandida	Dentro do texto	Central	Ampliada Texto longo	Chamada na narrativa principal
Dicionário	Dentro do texto	Marginal	Reduzida	Verbetes ou palavra sinalizada no corpo do texto, Termo em negrito, Imagens
Informação Avulsa ou de Curiosidade	Fora do texto	Central	Ampliada	Títulos e imagens funcionando como chamarizes
Conexão com Outras Mídias	Fora do texto	Central	Ampliada	Títulos e imagens, sendo que estas devem permitir que o leitor identifique imediatamente o tipo de mídia associada

Fonte: adaptado de RAMOS et al, 2007.

Esta proposta de navegação no próprio MDI expande a capacidade de interatividade, onde as caixas periféricas são ótimas ferramentas para este processo. Elas também auxiliam os educadores, já que podem ser utilizadas para ter uma comunicação mais descontraída e para antecipações às possíveis dúvidas dos estudantes. Isto gera no aluno motivação a continuar os estudos e uma sensação de bem-estar ao se sentir acompanhando, pois é como se o próprio escritor estivesse conversando com ele através do texto. Na próxima tabela, será apresentada outras características.

Tabela 2: Tipos de Caixas: características de escrita e exemplos de uso de cada caixa.

Caixa de:	Características	Exemplos de Uso
Ênfase	Pontua aspectos particulares realçando uma informação importante.	Estabelecimento de um conceito geral, síntese de um conteúdo, a apresentação de uma ideia importante, um comentário essencial.
Explicação Expandida	Expande a explicação contida no corpo principal do texto.	Conclusão de explicações sobre o texto principal sem se sobrepor a ele, contextualização de informações.
Dicionário	Dá uma definição padrão, sobre algum verbete. Esta definição não necessita estar presente no texto.	Diferentes acepções de uma palavra, acepções específicas relativas ao contexto tratado na aula, pequenas biografias.
Informação Avulsa ou de Curiosidade	Integra conceitos da aula a um universo externo a ela, menos acadêmico.	Contextos humorísticos, pitorescos, linguagem menos formal.
Conexão com Outras Mídias	Associa informações contidas na aula com outros meios, sugerindo interação com eles.	Narrativas leves próximas ao caráter jornalístico.

Fonte: adaptado de RAMOS et al, 2007.

Conhecer estas ferramentas e as suas características, que são expressas nas tabelas anteriores, poderá dar subsídios para auxiliar o trabalho de educadores de todos os setores a aplicarem de forma coerente com a arquitetura da informação nos MDI, que os educadores em saúde, mais especificamente, possam se empoderar destas habilidades para elaboração de materiais que alcancem o maior número de alunos através das atividades do PSE, seja num estado de distanciamento social ou nas atividades cotidianas das suas práticas no pós-pandemia.

Considerações finais

Este artigo não tem como objetivo entrar na discussão a respeito da mercantilização da educação feita pelas instituições privadas, pois entende-se que educação e saúde não são mercadorias, são direitos humanos universais. Menos ainda objetivou-se versar qual modalidade de ensino é melhor, em termos do processo de construção do conhecimento, entre a presencial/tradicional e a EAD. Porém, buscou-se veementemente dar importância e reconhecimento desta conduta de aprendizagem não convencional, que se mostra mais coerente e eficaz neste período de distanciamento social. Nesta Pandemia, a modalidade de ensino a distância pode estar ampliando o acesso à educação e reduzindo as desigualdades, já que, auxilia na educação de forma crítica, além de estimular a autonomia do aluno através de um processo de ressignificação das condutas educacionais.

Para se ter êxito no processo educativo em saúde, na modalidade de EAD, é importantíssimo que os agentes do PSE elaborem materiais didáticos que sejam capazes de alcançar as expectativas de aprendizagem do maior número possível de indivíduos, sendo atrativos e que estimulem a leitura destes alunos que estão estudando de forma “remota” fora do ambiente escolar. Porém, num país com grandes desigualdades sociais, nem sempre os professores e alunos vão ter acesso ou intimidade com as tecnologias digitais propostas pela EAD contemporânea, o que torna ainda mais importante planejamento e elaboração de um material impresso que tenha maior interatividade e opções de expandir o conhecimento dos escolares e diminuição destas desigualdades através da promoção da saúde e de uma educação de qualidade.

Referências

- ABED. *Censo EaD.Br: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil, 2013*. Curitiba: Ibepex, 2014.
- BRASIL. **Decreto n. 5622, de 19 de Dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. **Lei nº 9394/96, de 17 de dezembro de 1996**. Lei de diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais de Qualidade para a Modalidade de Educação Superior a Distância**. Brasília, DF, agosto de 2007. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>>. Acesso em: 15 de Jul. 2020.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE E DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Decreto Presidencial nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007**.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Caderno do gestor do PSE / Ministério da Saúde, Ministério da Educação**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.
- BRASIL. MINISTÁRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017**.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Passo a passo PSE: Programa Saúde na Escola: tecendo caminhos da intersetorialidade / Ministério da Saúde**. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica, Ministério da Educação. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011.
- CANI, J. B. et al. **Educação e COVID-19: a arte de reinventar a escola mediando a aprendizagem “prioritariamente” pelas TIDC**. IFES Ciência. Volume 6 - Edição Especial n.1 2020.
- CANI, J. B.; SOARES, G. M. **Ensino-aprendizagem em contexto de recursos educacionais abertos (REA)**. In: MATTE, Ana Cristina Fricke; ANDRADE, Francine Souza (Orgs). Universidade EAD Software Livre: o fenômeno UEADSL. Coleção Texto Livre: Pensando o Mundo, Tomo IV. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.
- CRUZ, E. I. S. et al. **Material didático impresso utilizado em curso de graduação, modalidade a distância: uma análise segundo as concepções do design instrucional**. Simpósio internacional de educação a distância. São Carlos-SP. 2016.
- DARIDO, M. C.; BIZELLI, J. L. **Inovações tecnológicas e contexto escolar: reflexões necessárias**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 10, n. 1, jan./mar., 2015, p. 50-66.
- FILATRO, A. **Design instrucional na prática**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2008.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 37. ed. São Paulo: Paz e Terra; 2008.

HORN, V. **A linguagem do material didático impresso de cursos a distância.** Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 23, n. 42, p. 119-130, jul./dez. 2014.

MARTIN, R. X. **A covid-19 e o fim da educação a distância: um ensaio.** Revista de Educação a Distância. 2020, v. 7, n. 1.

MORAN, J. M. *O que é Educação a Distância.* Universidade de São Paulo. 2002. Disponível em:<<http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/dist.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2020.

RAMOS, R. P. C. et al. **Arquitetura da informação.** In **BARRETO, Cristine Costa (org.)**. Planejamento e elaboração de material didático impresso para Educação a Distância. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2007.

SOARES, Gilvan Mateus. **Os jogos digitais de livros didáticos de língua portuguesa.** 2019. 286f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, 2019.